



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

DECISÃO

Acolho a decisão da Comissão, Dê-se ciência aos demais participantes e prossigam-se os trâmites legais.

Aracaju/SE, 09/03/2022.

Anderson das Neves Nascimento
Diretor Presidente do DER/SE

PROCESSO Nº: 1084/2021-COMPRAS.GOV-DER/SE

ASSUNTO: Impugnação ao Edital da Tomada de Preços nº 001/2022

IMPUGNANTE: Dataprom Equipamentos e Serviços de Informática Industrial Ltda.

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada, para a aquisição, incluindo fornecimento e instalação de equipamentos semafóricos, com garantia de assistência técnica por um ano, no município de Nossa Senhora da Glória.

I – RELATÓRIO

A Comissão Permanente de Licitação do DER/SE, no uso de suas atribuições legais, em observância ao § 2º do artigo 41 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como ao item 14.4. do Edital da **Tomada de Preços nº 001/2022**, cujo objeto consiste na **“Contratação de empresa especializada, para a aquisição, incluindo fornecimento e instalação de equipamentos semafóricos, com garantia de assistência técnica por um ano, no município de Nossa Senhora da Glória”**, pela presente, profere Decisão acerca da Impugnação apresentada pela **Dataprom Equipamentos e Serviços de Informática Industrial Ltda.** em face do referido instrumento convocatório, na forma adiante declinada:



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

A Impugnante requer, em suma, o seguinte:

1º) a retificação do item 1.5.2.1 do Termo de Referência, especificamente quanto à solicitação de que o equipamento semafórico tenha processador “CPU 1Ghz e módulos com conector ‘euro-card’”, sob o argumento de “se tratar de características muito específicas e incomuns no mercado, que comprometem o caráter competitivo do certame e indicam direcionamento da licitação”;

2º) a inclusão no Edital de menção à “necessidade de atendimento à Norma NBR 16.653 (controladores) e NBR 15.889 (LED), ambas da ABNT”;

3º) a retificação do item 8.2.3, alínea “c”, do Edital, no que concerne à exigência de fornecimento de itens como critério de qualificação técnico-profissional;

4º) a retificação do item 13.3.5. do Edital e do item 4.6. da Cláusula Quarta da Minuta de Contrato, que condicionam a realização dos pagamentos à comprovação de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista; e

5º) a inclusão no item 13.3.7. do Edital e no item 4.8. da Cláusula Quarta da Minuta de Contrato da incidência também de juros pelos atrasos de pagamento, além da correção monetária ali já prevista.

É O RELATÓRIO.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A) DO ITEM 1.5.2.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA

Inicialmente, no que concerne ao primeiro ponto da Impugnação, referente ao item



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

1.5.2.1 do Termo de Referência, especificamente quanto à solicitação de que o equipamento semafórico tenha processador “CPU 1Ghz e módulos com conector ‘euro-card’”, adotamos, na íntegra, como fundamentação da presente Decisão, o Parecer da Diretoria de Operações – DIOP do DER/SE transcrito adiante:

2.1. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE E MARGEM PARA DIRECIONAMENTO DO CERTAME – EXIGÊNCIA DE EQUIPAMENTO COM PROCESSADOR CPU 1GHZ E MÓDULOS COM CONECTORES TIPO “EUROCARD” – VIOLAÇÃO AO ART. 3º, II, DA LEI 10.520/2002 E AO ART. 3º, § 1º, I, E ART. 7º, § 5º, DA LEI Nº 8.666/1993:

Sem fundamentação coerente em desespero de causa, a impugnante menciona que :

Considerando o objeto do certame, é de se ver que são nitidamente excessivas e tecnicamente inexplicáveis as seguintes exigências contidas no Termo de Referência, item 1.5.2.1:

- 1. Exigência de que todos os módulos que compõe o controlador deverão ser do tipo “Eurocard”, com conectores do tipo “plug-in”;*
- 2. Exigência de que deve possuir, no mínimo, microprocessador/microcontrolador RISC de no mínimo 32 Bits, 1GHz ou superior.*

Quanto a esses quesitos, os fatos narrados pela impugnante questiona o poder de escolha da administração, o que ao nosso ver, SMJ, mascara a sua vontade de impor regras e especificações que melhor lhe convém.

Acontece que, se por um lado, a Administração Pública, não pode restringir em demasia o objeto do contrato sob pena de frustrar a competitividade, por outro, ela não pode definir o objeto de forma excessivamente ampla, haja vista que, nesse caso, os critérios para julgamento das propostas falecem em virtude de a própria administração admitir propostas díspares, inclusive as que não satisfazem ao interesse público. Portanto, a definição do objeto da licitação pública e as suas especificidades são eminentemente discricionárias, a qual compete ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante contrato para desenvolver satisfatoriamente as suas atividades administrativas.

Pretende a impugnante ver singularizada proposta que atenda especificamente a sua atividade fim. Diferentemente do que deve a Administração Pública, onde o interesse público pautado nos princípios da proporcionalidade, economicidade, discricionariedade, eficiência, etc, devem atuar em supremacia aos interesses e metas



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

individuais. O fato de a impugnante mencionar violação às regras e ao caráter competitivo do certame, não devem prosperar pois, a nominada “restrição a competição”, caso seja acolhida, acarretará também em prejuízo aos demais participantes que já indicarem interesse no certame.

Sobre a discricionariedade, Maria Sylvia Zanella Di Pietro leciona que:

“O poder é discricionário quando seu regramento não atinge a todos os aspectos da atuação administrativa, deixando a lei certa margem de liberdade de decisão para a Administração, que, diante do caso concreto o administrador poderá optar por uma dentre as várias soluções possíveis, segundo os critérios de conveniência e oportunidade, respeitando sempre os limites traçados pela lei. Assim, a discricionariedade é a liberdade de ação exercida nos limites da lei.”

Neste diapasão, tem-se que para licitação que vise a aquisição de objetos desta natureza, deve a Administração zelar para que o objeto adquirido juntamente com o preço contratado sejam os melhores possíveis, entendendo-se por melhor o menor preço dentro da exequibilidade e juízos de qualidade mínimos, isto posto, ao erigir a especificação sucinta do item ao que se quer adquirir, o edital encontra-se amplamente coberto pelo princípio da legalidade e da eficiência, uma vez que visa a atender o melhor interesse público, e não impede ou cerceia a participação de licitantes do ramo de atividade pertinente.

Isto posto, temos que:

a) Conectores tipo “euro-card”

Persiste a impugnante em lançar mão de ilações infundadas, no intuito de querer justificar os seus poucos argumentos querendo impor ao mesmo uma *pecha* de direcionamento inexistente, afirmando, equivocadamente, que edital encaminha a sua especificação técnica à, uma possível, única detentora de tal equipamento.

Esse argumento não se sustenta! Pois, nessa seara, **tomemos por exemplo os módulos de conexões do tipo “euro-card”** que é uma tecnologia muito difundida no mercado, e a sua exigência está aparado no poder discricionário da municipalidade. Em uma simples pesquisa na internet pode-se comprovar essa versão, de sorte que não há que se falar em direcionamento a um determinado fabricante. Além disto, caso a empresa não possua essa tecnologia em seus produtos, essa adaptação não ocasionaria uma mudança estrutural de projeto e sim uma pequena adaptação para atender as exigências editalícias.

Para que não pese mais dúvida no assunto e sepulte de vez os frágeis argumentos da autora, colecionamos abaixo fotos dos controladores que utilizam padrão de conectores plug-in utilizados por empresas do

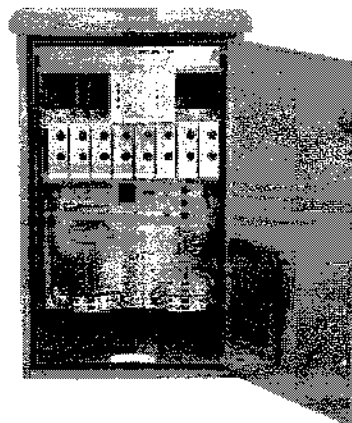


GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

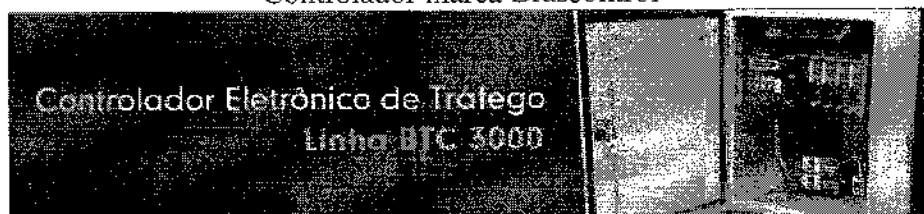
mercado, inclusive a própria Dataprom, tais como: *Greenwave;*
Digicon; Brascontrol, Semex, etc.

Exemplos de Controladores do Mercado

Controlador marca Dataprom



Controlador marca Brascontrol



Controlador marca Greenwave



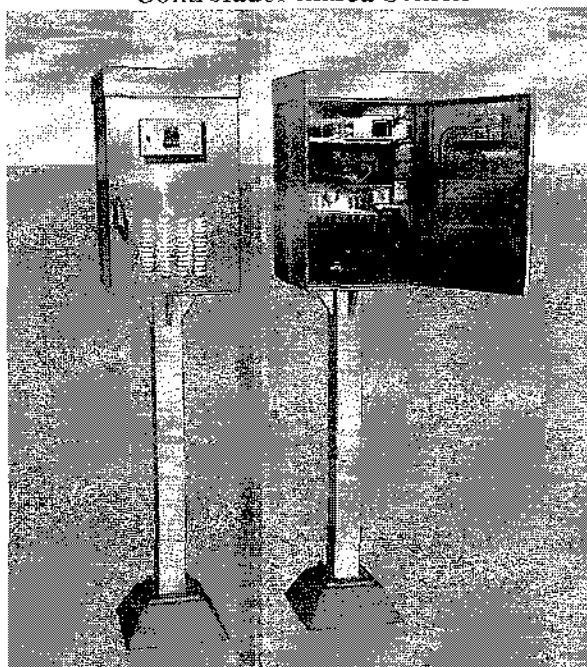
Controlador marca Digicon

Handwritten signatures and initials.

Handwritten signature.



Controlador marca Semex



b) Microprocessador/microcontrolador RISC de no mínimo 32 bits, 1GHz ou superior

O Controlador de Trânsito, deve ser um equipamento moderno, capaz de executar todas as funções requeridas, além de ser construído com componentes atuais (contemporâneo). A exigência de que o equipamento deve utilizar um microprocessador/microcontrolador de ALTA PERFORMANCE é necessária para que se evite que as empresas ofereçam equipamentos que utilizam microprocessadores ou microcontroladores com idade superior a dez anos (obsoletos), pois são componentes que, não são mais produzidos (descontinuados) ou que possuem baixa produção por serem considerados desatualizados, e, portanto, mais caros, elevando os custos de manutenção e podendo até prejudicar a manutenção e vida útil dos equipamentos por falta de componentes.

Além disto, não há como ignorar a flexibilidade permitida pelo edital, no qual a uma Lembramos ainda que o Edital permite que seja utilizado microprocessador/microcontrolador RISC de no mínimo 32



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

bits, 1 GHz **OU SUPERIOR.**

Por ser objeto de fornecimento e implantação de equipamento NOVO, e de alta performance, os seus devidos elementos (componentes) devem ser de última geração e livre de qualquer risco de descontinuidade eminente.

Assim, de acordo com o Parecer da Assessoria Geral de Apoio Técnico-Administrativo – AGEATA do DER/SE transcrito acima, não merece prosperar o presente tópico da Impugnação.

B) DAS NORMAS NBR 16.653 (CONTROLADORES) E NBR 15.889 (LED)
DA ABNT

Também em relação à solicitação da Impugnante para a inclusão no Edital de menção à “*necessidade de atendimento à Norma NBR 16.653 (controladores) e NBR 15.889 (LED), ambas da ABNT*”, adotamos, na íntegra, como fundamentação da presente Decisão, o Parecer da Diretoria de Operações – DIOP do DER/SE transcrito adiante:

2.2. EXIGÊNCIAS INSUFICIENTES – AUSÊNCIA DE
OBSERVÂNCIA EM RELAÇÃO ÀS NORMAS TÉCNICAS
ATUALIZADAS DA ABNT

Ao contrário do que argumenta a impugnante, a exigência de LAUDO/CERTIFICAÇÕES pode sim restringir a participação de empresas no certame.

Todos os equipamentos ofertados deverão atender ao especificado no Termo de Referência, termo este, onde estão contidos todos os elementos e características técnicas necessárias, inclusive quanto ao processo de aterramento.

A indicação de somente um certificador, a ABNT, restringe a participação sem que isso signifique qualquer garantia extra de qualidade. Aliás, a determinação de que somente a ABNT certifique o produto indica um direcionamento injustificado, e por isso, ilícito. As exigências desta natureza comprometem a ampliação da disputa e por consequência a seleção da proposta mais vantajosa.

O presente certame visa, basicamente, aumentar a quantidade de participantes de modo a ampliar a disputa licitatória, permitindo a participação de várias empresas de diversos estados. Em sendo assim, ao Administrador cabe a avaliação da conveniência e da necessidade



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODoviÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

da exigência editalítica dos requisitos da capacitação técnico-operacional compatível com o objeto da licitação, porém, sem perder de vista uma das muitas e memoráveis lições do judicioso magistério de Hely Lopes Meirelles no sentido de que:

"o administrador público deve ter sempre presente que o formalismo inútil e as exigências de uma documentação custosa afastam muitos licitantes e levam a Administração a contratar com uns poucos, em piores condições para o Governo"

Portanto, de acordo com o Parecer da Assessoria Geral de Apoio Técnico-Administrativo – AGEATA do DER/SE transcrito acima, também não merece prosperar o presente tópico da Impugnação.

C) DO ITEM 8.2.3, ALÍNEA “C”, DO EDITAL

Já no que se refere à solicitação da Impugnante para retificação do item 8.2.3, alínea “c”, do Edital, no que concerne à exigência de fornecimento de itens como critério de qualificação técnico-profissional, quer nos parecer que realmente houve equívoco na redação da exigência editalícia, haja vista que, para o profissional que, nos moldes do referido dispositivo, atuará como Responsável Técnico do objeto licitado (Capacidade Técnico-Profissional), simplesmente repetiu a mesma exigência da alínea “b” do citado dispositivo referente à Empresa que executará o objeto em lume (Capacidade Técnico-Operacional), sendo certo que o “Fornecimento” dos equipamentos semafóricos licitados são de responsabilidade da Empresa, enquanto ao Profissional compete apenas atuar como Responsável Técnico do “Serviço” de instalação dos equipamentos semafóricos licitados.

Assim, entendemos cabível o presente tópico da Impugnação, para retificação do Edital para a seguinte nova redação:

8.2.3.1. A comprovação da Qualificação Técnica está condicionada a apresentação de cópia dos seguintes documentos:

(...)

c) Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional, mediante



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, emitida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Profissional competente, em nome de profissional(ais) reconhecido pela entidade competente, integrante(s) do quadro permanente da empresa licitante na data prevista para a entrega da Proposta, que demonstre(m) que o(s) mesmo(s) possua(m) Anotação(ões)/Registro(s) de Responsabilidade Técnica – ART/RRT por execução de obra(s) e/ou serviço(s) de características compatíveis e semelhantes às do objeto deste Edital e seus anexos, relativas às parcelas de maior relevância relacionadas abaixo:

- **Ter sido responsável técnico do serviço de instalação de equipamento semafórico.**

D) ITEM 13.3.5. DO EDITAL E CLÁUSULA QUARTA DA MINUTA DE CONTRATO

A Impugnante alega que os itens 8.2.2. e 13.3.5. do Edital e a Cláusula Quarta da Minuta de Contrato condicionam irregularmente a realização dos pagamentos à comprovação de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista.

De plano, ressalte-se que o item 8.2.2. do Edital não trata de condições de pagamento, mas sim de condições de habilitação, para as quais a própria Impugnante reconhece em sua peça que *“por óbvio, a comprovação de regularidade pode e deve ser exigida para que a contratação seja efetivada”*, sem necessidade de maiores debates nesta Decisão. No entanto, o 13.3.5. do Edital e a Cláusula Quarta da Minuta de Contrato realmente condicionam a realização dos pagamentos à comprovação de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, condicionamento este que, de fato, já fora, mas não é mais, admitido pela jurisprudência pátria, merecendo retificação nas referidas cláusulas. Vejamos.

A regularidade fiscal e trabalhista é requisito para a celebração de contratos com a Administração Pública, devendo ser mantida durante toda a execução do ajuste, tal como exigem os artigos 27, inciso IV, 29, incisos I a V, e 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), bem como o artigo 195, § 3º, da Constituição Federal, *in verbis*:



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

(...)

IV - regularidade fiscal e trabalhista;

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

(...)

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 195. (...)

§ 3º - A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Diante dos dispositivos legais transcritos alhures, o Tribunal de Contas da União determinava que a Administração Pública exigisse do particular contratado a apresentação de todas as certidões de regularidade fiscal e trabalhista como condição de pagamento das faturas geradas pela execução do contrato. Como exemplo da citada jurisprudência da Egrégia Corte



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

de Contas da União, verifica-se a Decisão nº 705/1994-Plenário:

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

1 firmar o entendimento de que:

(...)

d) nos contratos de execução continuada ou parcelada, a cada pagamento efetivado pela administração contratante, há que existir a prévia verificação da regularidade da contratada com o sistema da seguridade social, sob pena de violação do disposto no § 3º do art. 195 da Lei Maior;

(TCU, Decisão nº 705/1994 – Plenário, Relator Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira, julgado em 23/11/1994, DOU 06/12/1994.)

Nesse mesmo sentido, assim orientou o TCU no Acórdão nº 355/2006-Plenário:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

(...)

9.2.15. siga orientação presente no Acórdão n. 2684/2004 – 1ª Câmara, no sentido de incluir em futuros editais e contratos de execução continuada ou parcelada, cláusula que estabeleça a possibilidade de subordinação do pagamento à comprovação, por parte da contratada, da manutenção de todas as condições de habilitação, aí incluídas a regularidade fiscal para com o FGTS e a Fazenda Federal, com o objetivo de assegurar o cumprimento da Lei n. 9.012/1995 (art. 2º) e da Lei n. 8.666/1993 (arts. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII), bem assim estabelecer critérios de materialidade e relevância, para sujeitar à verificação mais rigorosa ou freqüente, acerca da manutenção das condições de habilitação, aí incluídas a regularidade fiscal, os contratos de maior vulto ou que se afigurem de maior risco de responsabilização por inadimplemento da contratada;

(TCU, Acórdão nº 355/2006 – Plenário, Ministro Relator Marcos Bemquerer, julgado em 22/03/2006, DOU 28/03/2006.)

O Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, por sua vez, editou a Resolução nº 208, de 06 de dezembro de 2001, igualmente tratando da matéria.

Acercado tema, o ilustre administrativista Marçal Justen Filho também já



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

corroborou o entendimento acima esposado:

E se a Administração verificar que o sujeito não liquidou suas dívidas previdenciárias produzidas pela atividade necessária à execução do contrato? Cabe à Administração o dever de promover a retenção dos valores necessários a sua liquidação, pagando ao particular os valores remanescentes.

(JUSTEM FILHO, Marçal. *Comentário à Lei de licitações e contratos administrativos*. 5. ed. rev. e ampliada. São Paulo; Dialética, 1998. p. 531.)

Este, contudo, não tem mais sido o entendimento do referido doutrinador, que atualmente leciona que a supremacia constitucional "não significa que a Administração esteja autorizada a reter pagamentos ou opor-se ao cumprimento de seus deveres contratuais sob alegação de que o particular encontra-se em dívida com a Fazenda Nacional ou outras instituições. A administração poderá comunicar ao órgão competente a existência de crédito em favor do particular para serem adotadas as providências adequadas. A retenção de pagamentos, pura e simplesmente, caracterizará ato abusivo, passível de ataque inclusive através de mandado de segurança." (JUSTEM FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. São Paulo; Dialética, 2002, p. 549.)

Entre os argumentos desfavoráveis à adoção dos procedimentos determinados pelas Cortes de Contas, tem-se que a ausência de regularidade fiscal não autoriza a Administração Pública a proceder à retenção do pagamento dos serviços já executados porque assim estaria incorrendo em afronta ao princípio da legalidade por impor à contratada sanção não prevista no rol de penalidades do artigo 87 da Lei n.º 8.666/1993:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

(dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Diz-se que não poderia a Administração Pública se locupletar dos serviços já executados sem prestar a devida contrapartida, qual seja, o pagamento. Trata-se da vedação de enriquecimento sem causa prevista pelos artigos 884 e 885 do Código Civil:

Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

Parágrafo único. Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu é obrigado a restituí-la, e, se a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que foi exigido.

Art. 885. A restituição é devida, não só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas também se esta deixou de existir.

Ademais, para adimplemento de eventuais débitos fiscais, a legislação processual pátria já prevê procedimento específico, qual seja, o constante da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais).

Foi exatamente com base nos argumentos mencionados alhures que inúmeros mandados de segurança passaram a ser impetrados perante o Judiciário pelas empresas que se sentiram prejudicadas com a retenção de suas faturas por falta de apresentação de certidões de regularidade fiscal. A questão chegou, então, ao Superior Tribunal de Justiça, que, por sua vez, já sepultou qualquer discussão, preferindo entendimento pacífico de que se revela incabível a orientação que até então era emanada pelo TCU e pelos TCEs, conforme se depreende dos seguintes Acórdãos:



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE "QUENTINHAS". SERVIÇOS PRESTADOS AO DISTRITO FEDERAL. RETENÇÃO DO PAGAMENTO PELA NÃO-COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E LEGALIDADE.

Não se afigura legítima a retenção do pagamento do serviço prestado, após a efetivação do contrato e a prestação dos serviços contratados, pelo fato de a empresa contratada não comprovar sua regularidade fiscal.

Como bem asseverou a Corte de origem, "se a Administração, no momento da habilitação dos concorrentes, não exige certidão de regularidade fiscal (Lei 8.666/93, art. 29, III), não pode, após contratar e receber os serviços, deixar de pagá-los, invocando, para tanto, decreto regulamentar" (fl. 107).

Recebida a prestação executada pelo contratado, não pode a Administração se locupletar indevidamente, e, ao argumento da não-comprovação da quitação dos débitos perante a Fazenda Pública, reter os valores devidos por serviços já prestados, o que configura violação ao princípio da moralidade administrativa. Precedentes.

Na lição de Marçal Justen Filho, a Administração não está autorizada a "reter pagamentos ou opor-se ao cumprimento de seus deveres contratuais sob alegação de que o particular encontra-se em dívida com a Fazenda Nacional ou com outras instituições" ("Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª ed. São Paulo: 2002, Dialética, p. 549).

Recurso especial improvido.

(STJ, SEGUNDA TURMA, REsp 730800 / DF, RECURSO ESPECIAL 2005/0037193-2, Ministro FRANCIULLI NETTO, j. 06/09/2005, DJ 21.03.2006 p. 115.)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATO. RESCISÃO. IRREGULARIDADE FISCAL. RETENÇÃO DE PAGAMENTO.

1. É necessária a comprovação de regularidade fiscal do licitante como requisito para sua habilitação, conforme preconizam os arts. 27 e 29 da Lei nº 8.666/93, exigência que encontra respaldo no art. 195, § 3º, da CF.

2. A exigência de regularidade fiscal deve permanecer durante toda a execução do contrato, a teor do art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93, que dispõe ser "obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

3. Desde que haja justa causa e oportunidade de defesa, pode a



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Administração rescindir contrato firmado, ante o descumprimento de cláusula contratual.

4. Não se verifica nenhuma ilegalidade no ato impugnado, por ser legítima a exigência de que a contratada apresente certidões comprobatórias de regularidade fiscal.

5. Pode a Administração rescindir o contrato em razão de descumprimento de uma de suas cláusulas e ainda imputar penalidade ao contratado descumpridor. Todavia a retenção do pagamento devido, por não constar do rol do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ofende o princípio da legalidade, insculpido na Carta Magna.

6. Recurso ordinário em mandado de segurança provido em parte.

(STJ, SEGUNDA TURMA, RMS 24953 / CE, RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA 2007/0193526-6, Ministro CASTRO MEIRA, j. 04/03/2008, DJ 17.03.2008 p. 1.)

ADMINISTRATIVO. CONTRATO. ECT. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE MANTER A REGULARIDADE FISCAL. RETENÇÃO DO PAGAMENTO DAS FATURAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A exigência de regularidade fiscal para a participação no procedimento licitatório funda-se na Constituição Federal, que dispõe no § 3º do art. 195 que "a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios", e deve ser mantida durante toda a execução do contrato, consoante o art. 55 da Lei 8.666/93.

2. O ato administrativo, no Estado Democrático de Direito, está subordinado ao princípio da legalidade (CF/88, arts. 5º, II, 37, caput, 84, IV), o que equivale assentar que a Administração poderá atuar tão-somente de acordo com o que a lei determina.

3. Deveras, não constando do rol do art. 87 da Lei 8.666/93 a retenção do pagamento pelo serviços prestados, não poderia a ECT aplicar a referida sanção à empresa contratada, sob pena de violação ao princípio constitucional da legalidade. Destarte, o descumprimento de cláusula contratual pode até ensejar, eventualmente, a rescisão do contrato (art. 78 da Lei de Licitações), mas não autoriza a recorrente a suspender o pagamento das faturas e, ao mesmo tempo, exigir da empresa contratada a prestação dos serviços.

4. Consoante a melhor doutrina, a supremacia constitucional "não significa que a Administração esteja autorizada a reter pagamentos ou opor-se ao cumprimento de seus deveres contratuais sob alegação de que o particular encontra-se em dívida com a Fazenda Nacional ou outras instituições. A administração poderá comunicar ao órgão competente a existência de crédito em favor do particular para serem



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

adotadas as providências adequadas. A retenção de pagamentos, pura e simplesmente, caracterizará ato abusivo, passível de ataque inclusive através de mandado de segurança." (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, São Paulo, Editora Dialética, 2002, p. 549).

5. Recurso especial a que se nega provimento.

(STJ, PRIMEIRA TURMA, REsp 633432 / MG, RECURSO ESPECIAL 2004/0030029-4, Ministro LUIZ FUX, j. 22/02/2005, DJ 20.06.2005 p. 141, RNDJ vol. 69 p. 94.)

Ocorre que, após as reiteradas decisões supracitadas, a própria Corte de Contas da União reviu seu posicionamento e, por conseguinte, o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE também modificou sua posição, de modo que o § 3º do artigo 1º da já citada Resolução TC nº 208/2001 (incluído pela Resolução TC nº 300/2016) passou a dispor que a ausência de certidões não pode mais ensejar a retenção dos pagamentos devidos pela Administração à Contratada:

Art. 1º. (...)

§ 3º. prestado o serviço, executada a obra ou entregue o bem, **fica vedado à Administração Pública reter ou deixar de efetuar proporcionalmente os pagamentos contratualmente aventados em favor do contratado que se encontre impedido de apresentar a prova de regularidade mencionada no caput**, sem prejuízo da aplicação de outras sanções contratuais e legais cabíveis.
(grifamos)

Assim, sob este aspecto, a redação das cláusulas editalícias e contratuais impugnadas merecem ser retificadas para não mais condicionarem o pagamento à apresentação das certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, o que, por outro lado, não quer dizer que tais certidões não devam mais ser exigidas quando dos pagamentos a serem efetuados ou em qualquer outro momento da execução contratual, haja vista que o já transcrito inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/1993 dispõe que o contrato deve prever “a obrigação do contratado de manter, **durante toda a execução do contrato**, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação**” (grifamos), nas quais se incluem as exigências habilitatórias de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista previstas nos também já



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

citados artigos 27, inciso IV, 29, incisos I a V, da Lei nº 8.666/1993.

De fato, embora o § 3º do artigo 1º da Resolução TC nº 208/2001 do TCE/SE transcrito acima tenha passado a proibir a retenção de pagamento por falta de apresentação das certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, o *caput* do mesmo artigo continua exigindo a apresentação de tais certidões no momento de pagamento de obras, serviços, compras e alienações de bens:

Art. 1º. É obrigatória a apresentação de prova de regularidade de tributos de competência da União, Estado e Municípios, na forma estabelecida na legislação pertinente, fornecida pelo órgão competente, quando dos pagamentos de obras, serviços, compras e alienações de bens, realizados pelo Estado e Municípios.

A diferença é que, embora a apresentação das certidões em questão continue sendo exigida no momento dos pagamentos, a falta da sua apresentação não deverá mais acarretar a retenção dos pagamentos, mas sim a aplicação de sanções à Contratada e até mesmo a rescisão contratual, conforme destaca a parte final do § 3º do artigo 1º da Resolução TC nº 208/2001 do TCE/SE que novamente transcrevemos adiante:

Art. 1º. (...)

§ 3º. prestado o serviço, executada a obra ou entregue o bem, fica vedado à Administração Pública reter ou deixar de efetuar proporcionalmente os pagamentos contratualmente aventados em favor do contratado que se encontre impedido de apresentar a prova de regularidade mencionada no *caput*, **sem prejuízo da aplicação de outras sanções contratuais e legais cabíveis.**

(grifo nosso)

Aliás, esse é o entendimento esposado pela própria Impugnante no seguinte trecho da sua petição:

Ainda, **a Administração pode exigir, ao longo da execução do contrato, referida comprovação.** Porém, **a consequência para eventual irregularidade da contratada é a aplicação de**



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

penalidades ou até mesmo a rescisão do contrato, não sendo possível a retenção de pagamentos por serviços prestados sob essa condição, sob pena de afronta a ilegalidade e de enriquecimento ilícito da contratante.
(destacamos)

Diante do exposto, entendemos que o item 13.3.5. do Edital e a Cláusula Quarta da Minuta de Contrato devem ser retificados para passarem a ter a seguinte redação:

EDITAL

13.3.5. As faturas deverão ser apresentadas acompanhadas dos seguintes documentos:

I – No primeiro faturamento, ou quando de faturamento único, a **CONTRATADA** deverá apresentar os documentos adiante enumerados, os quais poderão ser apresentados, conforme o caso, em original ou em cópia autenticada por cartório competente, por servidor do protocolo do **DER/SE** ou pelo fiscal de contrato do **DER/SE**, nestes últimos casos, mediante a apresentação do respectivo documento em original:

a) Nota Fiscal e Fatura/Recibo constando no anverso de ambas, além da discriminação dos serviços executados, os números do Contrato firmado e do Convênio que originou os recursos, se este for o caso, bem como a identificação do órgão conveniente, verificando-se, obrigatoriamente, a data de validade da Nota Fiscal;

b) Medição dos serviços, conforme modelo que será fornecido, devidamente assinado pelo fiscal de Contrato do **DER/SE** e da **CONTRATADA**, identificando, além dos serviços executados, o seu período de execução;

c) Cópia da matrícula da obra ou serviço de engenharia no Cadastro Específico do INSS – CEI junto à Receita Federal do Brasil, caso seja **obra** o objeto deste contrato;

d) Cópia da Ordem de Serviço emitida pelo **DER/SE**;

e) Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe – CREA ou Conselho Profissional competente de Sergipe, devendo constar, obrigatoriamente, as assinaturas dos representantes do **DER/SE** e da **Contratada**;

f) Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, vigentes, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

- g) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, vigente, fornecida pela Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe;
 - h) Certidão Negativa de Débitos Municipais, vigente, fornecida pela Fazenda Municipal;
 - i) Comprovante de Recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, junto ao respectivo Município, de acordo com Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe nº 208, de 06 de dezembro de 2001, e com a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003;
 - j) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, vigente, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
 - l) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, identificada pelo Cadastro Específico do INSS – CEI, acompanhada pela Guia da Previdência Social – GPS, devidamente autenticadas, de forma legível, pelo Banco Arrecadador referente ao período de execução do objeto contratado;
 - m) Prova de regularidade, sujeita à verificação de autenticidade, que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, vigente, fornecida pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho;
 - n) Cópia do contra-cheque e do comprovante de pagamento de cada trabalhador da **CONTRATADA** que tenha participado da execução do objeto contratado;
 - o) Cópia dos comprovantes de pagamento de férias ou verbas rescisórias de cada trabalhador da **CONTRATADA** que tenha participado da execução do objeto contratado;
 - p) Declaração da **CONTRATADA**, assinada pelo Sócio-Gerente e pelo Contador, de que possui Contabilidade formalizada.
- II – Quando dos demais faturamentos, a **CONTRATADA** deverá apresentar os documentos adiante enumerados, os quais poderão ser apresentados, conforme o caso, em original ou em cópia autenticada por cartório competente, por servidor do protocolo do **DER/SE** ou pelo fiscal de contrato do **DER/SE**, nestes últimos casos, mediante a apresentação do respectivo documento em original:**
- a) Nota Fiscal e Fatura/Recibo constando no anverso de ambas, além da discriminação dos serviços executados, os números do Contrato firmado e do Convênio que originou os recursos, se este for o caso, bem como a identificação do órgão conveniente, verificando-se, obrigatoriamente, a data de validade da Nota Fiscal;
 - b) Medição dos serviços, conforme modelo que será fornecido, devidamente assinado pelo fiscal de Contrato do **DER/SE** e da **CONTRATADA**, identificando, além dos serviços executados, o seu período de execução;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

- c) Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, vigentes, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, vigente, fornecida pela Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe;
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais, vigente, fornecida pela Fazenda Municipal;
- f) Comprovante de Recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, junto ao respectivo Município, de acordo com Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe nº 208, de 06 de dezembro de 2001, e com a Lei Complementar n.º 116, de 31 de julho de 2003;
- g) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, vigente, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- h) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, identificada pelo Cadastro Específico do INSS – CEI, acompanhada pela Guia da Previdência Social – GPS, devidamente autenticadas, de forma legível, pelo Banco Arrecadador referente ao período de execução do objeto contratado;
- i) Prova de regularidade, sujeita à verificação de autenticidade, que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, vigente, fornecida pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho;
- j) Cópia do contra-cheque e do comprovante de pagamento de cada trabalhador da **CONTRATADA** que tenha participado da execução do objeto contratado;
- l) Cópia dos comprovantes de pagamento de férias ou verbas rescisórias de cada trabalhador da **CONTRATADA** que tenha participado da execução do objeto contratado.

§ 1º - Na hipótese do pagamento da fatura vir a ocorrer em período anterior à data limite do recolhimento da previdência social e do fundo de garantia por tempo de serviço, o **DER/SE** reterá 3,5 % (três vírgula cinco por cento) do valor bruto da Nota Fiscal, exceto se a **CONTRATADA** comprovar que efetivara os referidos recolhimentos de forma antecipada. Havendo a retenção, quando a **CONTRATADA** comprovar a efetivação dos referidos recolhimentos atinentes ao respectivo faturamento, o valor retido lhe será devolvido.

§ 2º - No caso de obras e serviços de engenharia cujo pagamento da Guia de Previdência Social – GPS tenha sido identificado pelo Cadastro Geral de Contribuintes – CGC ou pelo Cadastro Nacional de



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Pessoas Jurídicas – CNPJ, a **CONTRATADA** deverá requerer do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS que faça a transferência do respectivo pagamento para o Cadastro Específico do INSS – CEI, apresentando ao **DER/SE** documento que ateste a realização dessa operação.

§ 3º - A não apresentação dos documentos exigidos nas alíneas dos incisos I e II do presente item, ainda que não acarrete a retenção do pagamento dos serviços comprovadamente executados, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das sanções legais e contratuais cabíveis, nos termos do *caput* e do § 3º do artigo 1º da Resolução TC nº 208/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

MINUTA DE CONTRATO

4.6. As faturas deverão ser apresentadas acompanhadas dos seguintes documentos:

I – No primeiro faturamento, ou quando de faturamento único, a **CONTRATADA** deverá apresentar os documentos adiante enumerados, os quais poderão ser apresentados, conforme o caso, em original ou em cópia autenticada por cartório competente, por servidor do protocolo do **CONTRATANTE** ou pelo fiscal de contrato do **CONTRATANTE**, nestes últimos casos, mediante a apresentação do respectivo documento em original:

a) Nota Fiscal e Fatura/Recibo constando no anverso de ambas, além da discriminação dos serviços executados, os números do Contrato firmado e do Convênio que originou os recursos, se este for o caso, bem como a identificação do órgão convenente, verificando-se, obrigatoriamente, a data de validade da Nota Fiscal;

b) Medição dos serviços, conforme modelo que será fornecido, devidamente assinado pelo fiscal de Contrato do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**, identificando, além dos serviços executados, o seu período de execução;

c) Cópia da matrícula da obra ou serviço de engenharia no Cadastro Específico do INSS – CEI junto à Receita Federal do Brasil;

d) Cópia da Ordem de Serviço emitida pelo **CONTRATANTE**;

e) Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe – CREA ou Conselho Profissional competente de Sergipe, devendo constar, obrigatoriamente, as assinaturas dos representantes do **CONTRATANTE** e da **Contratada**;

f) Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, vigentes, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

- g) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, vigente, fornecida pela Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe;
- h) Certidão Negativa de Débitos Municipais, vigente, fornecida pela Fazenda Municipal;
- i) Comprovante de Recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, junto ao respectivo Município, de acordo com Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe n.º 208, de 06 de dezembro de 2001, e com a Lei Complementar n.º 116, de 31 de julho de 2003;
- j) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, vigente, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- l) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, identificada pelo Cadastro Específico do INSS – CEI, acompanhada pela Guia da Previdência Social – GPS, devidamente autenticadas, de forma legível, pelo Banco Arrecadador referente ao período de execução do objeto contratado;
- m) Prova de regularidade, sujeita à verificação de autenticidade, que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, vigente, fornecida pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho.

II – Quando dos demais faturamentos, a **CONTRATADA** deverá apresentar os documentos adiante enumerados, os quais poderão ser apresentados, conforme o caso, em original ou em cópia autenticada por cartório competente, por servidor do protocolo do **CONTRATANTE** ou pelo fiscal de contrato do **CONTRATANTE**, nestes últimos casos, mediante a apresentação do respectivo documento em original:

- a) Nota Fiscal e Fatura/Recibo constando no anverso de ambas, além da discriminação dos serviços executados, os números do Contrato firmado e do Convênio que originou os recursos, se este for o caso, bem como a identificação do órgão conveniente, verificando-se, obrigatoriamente, a data de validade da Nota Fiscal;
- b) Medição dos serviços, conforme modelo que será fornecido, devidamente assinado pelo fiscal de Contrato do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**, identificando, além dos serviços executados, o seu período de execução;
- c) Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, vigentes, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, vigente, fornecida pela Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais, vigente, fornecida pela Fazenda Municipal;
- f) Comprovante de Recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, junto ao respectivo Município, de acordo com Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe n.º 208, de 06 de dezembro de 2001, e com a Lei Complementar n.º 116, de 31 de julho de 2003;
- g) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, vigente, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- h) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, identificada pelo Cadastro Específico do INSS – CEI, acompanhada pela Guia da Previdência Social – GPS, devidamente autenticadas, de forma legível, pelo Banco Arrecadador referente ao período de execução do objeto contratado;
- i) Prova de regularidade, sujeita à verificação de autenticidade, que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, vigente, fornecida pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho.
- j) Cópia do contra-cheque e do comprovante de pagamento de cada trabalhador da **CONTRATADA** que tenha participado da execução do objeto contratado;
- l) Cópia dos comprovantes de pagamento de férias ou verbas rescisórias de cada trabalhador da **CONTRATADA** que tenha participado da execução do objeto contratado.

§ 1º - Na hipótese do pagamento da fatura vir a ocorrer em período anterior à data limite do recolhimento da previdência social e do fundo de garantia por tempo de serviço, o **DER/SE** reterá 3,5 % (três vírgula cinco por cento) do valor bruto da Nota Fiscal, exceto se a **CONTRATADA** comprovar que efetivara os referidos recolhimentos de forma antecipada. Havendo a retenção, quando a **CONTRATADA** comprovar a efetivação dos referidos recolhimentos atinentes ao respectivo faturamento, o valor retido lhe será devolvido.

§ 2º - No caso de obras e serviços de engenharia cujo pagamento da Guia de Previdência Social – GPS tenha sido identificado pelo Cadastro Geral de Contribuintes – CGC ou pelo Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, a **CONTRATADA** deverá requerer do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS que faça a transferência do respectivo pagamento para o Cadastro Específico do INSS – CEI, apresentando ao **DER/SE** documento que ateste a realização dessa operação.

§ 3º - A não apresentação dos documentos exigidos nas alíneas dos incisos I e II do presente item, ainda que não acarrete a retenção do



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

pagamento dos serviços comprovadamente executados, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das sanções legais e contratuais cabíveis, nos termos do *caput* e do § 3º do artigo 1º da Resolução TC nº 208/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

E) DO 13.3.7. DO EDITAL E DO ITEM 4.8. DA CLÁUSULA QUARTA DA MINUTA DE CONTRATO

Por fim, no que se refere ao pleito da Impugnante para inclusão no item 13.3.7. do Edital e no item 4.8. da Cláusula Quarta da Minuta de Contrato da incidência também de juros pelos atrasos de pagamento, além da correção monetária ali já prevista, quer nos parecer assistir razão à Impugnante, haja vista que a jurisprudência pátria, a exemplo do seguinte Acórdão, tem decidido que, além da correção monetária, cabe a aplicação do juros de mora no inadimplemento dos contratos administrativos, ainda que tais juros não tenham constado no contrato:

RECURSOS DE APELAÇÃO - REMESSA NECESSÁRIA - CONTRATO ADMINISTRATIVO - COBRANÇA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA - AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL - PAGAMENTO EM ATRASO - INCIDÊNCIA DE CONSECUTÓRIOS QUE DECORREM DA LEI - ÍNDICES - HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.

- O fato de não constar a fixação de juros de mora e correção monetária em contrato administrativo, não é impeditivo para a sua incidência, uma vez que tais consecutórios decorrem da própria lei

- Sobre o valor devido pela Fazenda Pública devem incidir juros calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos da regra do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação da Lei 11.960/09, conforme restou definido pelo STJ em julgamento recente de recurso repetitivo (Resp 1495146-MG) e correção monetária pelo IPCA-E

- Concernente aos honorários advocatícios, sendo a sentença ilíquida, não há de se falar em fixação, vez que, conforme prescreve o artigo 85, § 4º, inciso II, do Código de Processo Civil, nas causas em que a Fazenda Pública for parte e não sendo líquida a sentença, a definição do percentual ocorrerá em sede de liquidação.

(TJ-MG - AC: 10000205312606001 MG, Relator: Versiani Penna, Data de Julgamento: 19/11/2020, Câmaras Cíveis / 19ª CÂMARA



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

CÍVEL, Data de Publicação: 24/11/2020)

Aliás, em processo envolvendo este próprio DER/SE, esse também fora o entendimento do Judiciário Sergipano:

Quanto à aplicação somente de correção monetária, haja vista que não consta do contrato aplicação de juros, não entendo que assiste razão ao embargante. **Explico.** Mesmo que não haja previsão dos juros de mora e correção monetária no contrato administrativo celebrado entre as partes, é certo que a incidência destes consectários decorre do próprio ordenamento legal, conforme previsão dos arts. 394 e 395 do Código Civil e art. 55, III, da Lei n. 8666/93.

(Processo nº 201910300518, 3ª Vara Cível da Comarca de Aracaju/SE, Juiz Camilo Chianca de Oliveira Azevedo, julgado em 09/02/2021.)

Assim, entendemos que o item 13.3.7. do Edital e o item 4.8. da Cláusula Quarta da Minuta de Contrato devem ser retificados para passarem a ter a seguinte redação:

EDITAL

13.3.7. O pagamento das faturas após o prazo de adimplemento estipulado na presente cláusula obrigará o **DER/SE** a pagar à **CONTRATADA**, desde que esta não tenha concorrido de alguma forma para tanto, compensação financeira englobando juros aplicados à caderneta de poupança e correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE sobre o período entre a data final para adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento;

MINUTA DE CONTRATO

4.8. O pagamento das faturas após o prazo de adimplemento estipulado na presente cláusula obrigará o **DER/SE** a pagar à **CONTRATADA**, desde que esta não tenha concorrido de alguma forma para tanto, compensação financeira englobando juros aplicados à caderneta de poupança e correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE sobre o período entre a data final para adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

III – CONCLUSÃO

Do exposto, a Comissão Permanente de Licitação do DER/SE decide conceder **PROVIMENTO PARCIAL** à Impugnação apresentada pela **Dataprom Equipamentos e Serviços de Informática Industrial Ltda.** para, por um lado, manter inalterado o item 1.5.2.1 do Termo de Referência e não incluir a menção à necessidade de atendimento às Normas NBR 16.653 (controladores) e NBR 15.889 (LED) da ABNT, bem como, por outro lado, promover as retificações descritas acima nos itens 8.2.3, alínea “c”, 13.3.5. e 13.3.7. do Edital e nos itens 4.6. e 4.8. da Cláusula Quarta da Minuta de Contrato, ao passo que submete a presente Impugnação à apreciação do superior hierárquico para ratificação da Decisão desta Comissão.

Aracaju/SE, 9 de março de 2022.

Frederico Galindo de Góes

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Membros:

Dayse Bomfim Santos
Luziete Tavares Carvalho
Izabelly Noaly Santana Silva
Vaneide de Souza Coelho Meneses